

CARTA ANUAL
DE
POLÍTICAS PÚBLICAS
E
GOVERNANÇA CORPORATIVA

Abril / 2021

Base: 2020



SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO GERAL	3
2. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS.....	5
3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	6
4. POLÍTICAS PÚBLICAS	11
4. I – PROGRAMAS DE GOVERNO	12
4.II - FONTE DE RECURSOS	12
4.III – OUTRAS ATIVIDADES DE FOMENTO	14
5. RECURSOS PARA CUSTEIO	15
6. METAS RELATIVAS AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	16
7. IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	25
8. ESTRUTURAS DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	29
8. I – GOVERNANÇA.....	29
8.I.1 - Estruturas de controles internos	31
8.II - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	32
8.III – LIMITES OPERACIONAIS E DE APETITE POR RISCO	38
8.IV – FATORES DE RISCO	39
9. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EMPREGADOS	40
9.I - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	40
9.II - REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS.....	41
10. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES	42



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. subscreve a presente Carta Anual e a divulga conforme rege a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no seu art. 8º, incisos I, III e VIII, com o fito de explicitar os compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas e informações relevantes referentes à governança corporativa da Agência.

1. IDENTIFICAÇÃO GERAL

- ✓ CNPJ 15.163.587/0001-27. NIRE 293.0000.6831;
- ✓ Sede: Salvador / Bahia;
- ✓ Tipo de empresa estatal: sociedade de economia mista integrante da estrutura da Administração Pública Indireta do Estado da Bahia;
- ✓ Acionista controlador: Estado da Bahia;
- ✓ Tipo societário: sociedade anônima;
- ✓ Tipo de capital: fechado;
- ✓ Capital social: R\$ 568.134.183,92 (quinhentos e sessenta e oito milhões, cento e trinta e quatro mil, cento e oitenta e três reais e noventa e dois centavos), representado como segue no quadro abaixo:

QUADRO 1: Composição do Capital Social

Ações Ordinárias		Ações Preferenciais			
		Com direito a voto		Sem direito a voto	
Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$)
45.362.813.776	198.885.338,27	22.215.496.057	97.399.964,42	62.004.722.334	271.848.881,23

- ✓ Abrangência de atuação: estadual;
- ✓ Setor de atuação: financeiro;



✓ Diretoria Colegiada:

Nome	Área
Francisco Alfredo Marcílio de Sousa Miranda	Diretor Presidente e Diretor de Administração e Finanças (em substituição)
Agenor Barreto Martinelli Braga	Diretor de Negócios
Paulo de Oliveira Costa	Diretor de Operações

✓ Auditores Independentes:

BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES

Avenida Tancredo Neves, 2539 - Caminho das Árvores
CEO Salvador Shopping, Torre Nova Iorque, 14º andar
41820-021 – Salvador, BA
Brasil
Tel: +55 (71) 3271-0598
Fax: +55 (71) 3271-6158
www.bdobrazil.com.br

✓ Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa:

Nome	CPF
João Batista Aslan Ribeiro (Presidente)	XXX.XXX.XXX-XX
Antonio Humberto de Novais de Paula	XXX.XXX.XXX-XX
Carlos Palma de Mello	XXX.XXX.XXX-XX
Francisco Alfredo Marcílio de Sousa Miranda	XXX.XXX.XXX-XX
Frederico Matos de Oliveira	XXX.XXX.XXX-XX
Paulo de Oliveira Costa	XXX.XXX.XXX-XX
Sérgio Dourado Gaspar	XXX.XXX.XXX-XX



2. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

A Desenhahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A foi criada pela Lei Estadual nº 2.321, de 11 de abril de 1966, e transformada em Agência de Fomento pela Lei Estadual nº 7.133, de 21 de julho de 1997, alterada pela Lei Estadual nº 7.935, de 9 de outubro de 2001. Para seu pleno funcionamento, a Desenhahia observa ainda as Leis Federais nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e nº 13.303, de 30 de junho de 2016, demais leis aplicáveis às atividades que empreende, as normas estabelecidas no seu Estatuto, em particular, as Resoluções do Banco Central do Brasil atinentes às ações das agências de fomento, especialmente, a Resolução BACEN nº 2.828, de 30 de março de 2001, e os instrumentos regulamentadores dos fundos que administra.

A Agência tem por objeto apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social no estado da Bahia, mediante a concessão de empréstimos e financiamento de capital fixo e de giro, bem como prestar garantias e serviços de agenciamento financeiro, de administração de fundos de desenvolvimento e de consultoria, notadamente aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado.

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

De acordo com a Lei Estadual nº 14.101, de 04 de julho de 2019, que trata das Diretrizes Orçamentárias para 2020, em seu Artigo 105, a concessão de crédito mediante financiamento por agência financeira oficial de fomento do Estado, além da sua compatibilização com as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual 2020-2023, observa as seguintes linhas de aplicações visando estimular e apoiar:

I - o microcrédito, de forma direta ou indireta, através de instituições operadoras de microcrédito, possibilitando a manutenção e a ampliação das alternativas de trabalho para a parcela mais carente da população com dificuldade de acesso a créditos junto a instituições financeiras;

II - as micro e pequenas empresas, possibilitando a criação e a manutenção de empregos e a geração de renda;

III - as unidades agrícolas e agroindustriais de base familiar, individuais ou organizadas em aglomerações produtivas;

IV - as atividades de produção agrícola, agroindustrial, industrial, comercial e de serviços, que pretendam implantar-se no Estado ou ampliar seus parques já instalados no Estado;

V - o empreendedorismo;

VI - o cooperativismo e do associativismo;

VII - às empresas inovadoras em tecnologia nas áreas de energia, biotecnologia, tecnologia da informação, fármacos, nanotecnologia, biocombustíveis, engenharia de produtos e processos, serviços e transportes, segurança e acessibilidade;



VIII - os empreendimentos situados em Municípios pertencentes aos territórios de identidade na região do semiárido;

IX - a implantação, recuperação, ampliação e modernização de equipamentos e serviços turísticos, bem como a renovação da frota de táxi do Estado;

X - a modernização de transportes públicos prestados por meio de concessão, permissão ou autorização e parceria público-privada;

XI - a implantação de empreendimentos de relevante interesse para o desenvolvimento econômico e social;

XII - as prefeituras para implantação de serviços públicos e infraestrutura, modernização da gestão municipal e aquisição de máquinas pesadas e ambulâncias;

XIII - os investimentos de maior porte que contribuam para a ampliação e diversificação da matriz produtiva estadual, bem como para a consolidação do desenvolvimento sustentável da economia baiana;

XIV - os serviços de saúde;

XV - os investimentos em saneamento, barragens e poços para ampliação do abastecimento de água e tratamento de esgoto;

XVI - as empresas com maior capacidade de geração de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS;

XVII - o fortalecimento das cadeias produtivas estratégicas;



XVIII - os investimentos de maior porte que contribuam para a ampliação e diversificação da matriz produtiva estadual, bem como para a consolidação do desenvolvimento sustentável da economia baiana.

XIX - os serviços de saúde;

XX - os investimentos em saneamento, barragens e poços para ampliação do abastecimento de água e tratamento de esgoto;

XXI - as empresas com maior capacidade de geração de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS;

XXII - o fortalecimento das cadeias produtivas estratégicas;

XXIII - os projetos de agricultura de baixo carbono;

XXIV - os investimentos em geração de energia para aumento da produção;

XXV - os investimentos em comunicação e banda larga.

Além da concessão de crédito, a Desenhahia ainda executa outras atividades em nome do fomento social e econômico da Bahia. Uma dessas atividades é a de gestão de fundos. Três fundos são atualmente geridos pela Agência: o FUNDESE, o FGBP e o FUNDURBANO. Este último, em processo de extinção.

FUNDESE – Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico

A Desenhahia é a gestora financeira do FUNDESE, cumprindo-lhe formular suas linhas operacionais de financiamento e seu orçamento anual, em consonância com o Plano Plurianual do Estado e com a aprovação do Conselho Deliberativo do Fundo.



Criado com o objetivo de prestar apoio financeiro a programas voltados para o desenvolvimento social e econômico da Bahia, o FUNDESE é uma fonte fundamental de recursos para as operações de crédito realizadas pela Desenhahia. O Fundo disponibiliza recursos para apoiar empreendimentos do setor privado que se enquadram nos programas e diretrizes de desenvolvimento do Governo do Estado.

Registra-se que mesmo o FUNDESE não visando primariamente a obtenção de lucro nas suas operações, a Desenhahia, como gestora do mencionado Fundo, submete todas as solicitações de operações de financiamento aos mesmos processos de avaliação de análise e risco de crédito e de governança corporativa que emprega para as operações que compõem a sua carteira. Em função das atividades que realiza, a Desenhahia faz jus a uma taxa de administração calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo. É essa taxa anual, apropriada mensalmente, que permite à Desenhahia arcar com os respectivos custos operacionais/administrativos relacionados às operações deste Fundo.

Em 2020, os recursos do FUNDESE foram direcionados para todos os setores da economia, exceto o setor público, conforme dispõem os normativos que o regem. O valor total liberado em operações de financiamento foi de R\$ 46,3 milhões.

FGBP – Fundo Garantidor Baiano de Parcerias

O Fundo Garantidor Baiano de Parcerias – FGBP teve a sua criação autorizada pela Lei Estadual nº 12.610, de 27 de dezembro de 2012, e tem como competência precípua a prestação de garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela Administração Direta ou Indireta do Estado da Bahia, em virtude de contratos de Parceria Público-Privada – PPP. Esses contratos devem ser celebrados sob as condições da Lei Estadual nº Políticas Públicas e de Governança Corporativa



9.290, de 27 de dezembro de 2004, e precisam tratar de projetos previamente aprovados pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas. São órgãos estatutários do FGBP: a Assembleia de Cotistas e o Conselho Consultivo. O Relatório de Administração do FGBP é emitido anualmente, juntamente com as demonstrações financeiras, devidamente auditadas com parecer do auditor independente.

Até o final de 2020, o fundo celebrou contratos de garantia de dois projetos de concessão patrocinada: Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas e Sistema Viário BA-052. As honras de garantia ocorridas em 2020 foram todas referentes ao contrato do primeiro projeto mencionado. Além desses dois projetos, em abril de 2019, a Assembleia de Cotistas aprovou a constituição de garantia para a concessão, na modalidade de PPP patrocinada, que visa à implantação e operação de Veículo Leve sob Trilhos – VLT de Salvador. E, em novembro de 2020, a Assembleia de Cotistas aprovou a constituição de garantia para o Contrato de PPP para execução das obras e dos serviços necessários à construção, operação e manutenção do sistema rodoviário ponte Salvador – Ilha de Itaparica.

No final do exercício de 2020, o saldo disponível do Fundo alcançou R\$ 306,7 milhões.



4. POLÍTICAS PÚBLICAS

A Desenbahia é uma instituição financeira que atua em todo o estado da Bahia e que procura oferecer serviços financeiros adequados às diferentes necessidades dos agentes produtivos, desde aquele menos assistido pelo sistema financeiro até os responsáveis por empreendimentos estruturantes da economia estadual, inclusive à administração pública municipal da Bahia.

Alinhando-se a esse objetivo da Agência, ficou definido no Planejamento Estratégico 2020-2027 (PE 2020-2027) que a Missão da Desenbahia é a de “viabilizar soluções financeiras e técnicas que promovam o desenvolvimento sustentável e melhorem a vida da população baiana”.

Em termos de Visão, ficou estabelecido, no mesmo documento estratégico, que o foco da Desenbahia é “até 2027, ser reconhecida como uma Agência de Fomento ágil na concessão de crédito, atendendo às demandas da Sociedade Baiana”. Para o alcance da Visão, a Desenbahia adota como estratégia “transformar-se em Agência de Fomento Digital, ampliando sua atuação em soluções que agreguem valor”.

Ainda no PE 2020-2027, os seguintes Valores foram identificados como aqueles praticados ou a serem fortalecidos:

- Agilidade;
- Compromisso com o cliente;
- Comunicação assertiva;
- Espírito inovador;
- Honestidade;
- Orientação para resultado;
- Visão sistêmica.



4. I – Programas de Governo

Em termos de apoio aos programas de Governo previstos no Plano Plurianual - PPA 2020-2023, a Desenbahia atua diretamente no Programa Gestão Governamental, especificamente para o alcance do compromisso “promover política articulada de investimentos públicos e de atração de inversões privadas para a expansão, diversificação e desconcentração espacial da base econômica estadual, orientada por diretrizes estratégicas de transformações estruturais contidas no planejamento de longo prazo para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável”. Através da iniciativa de disponibilizar 17 linhas de financiamento para projetos de investimentos em setores considerados estratégicos, a Desenbahia busca contribuir para o desenvolvimento socioeconômico baiano. No ano em apreço, a Agência colocou à disposição do mercado mais do que 17 linhas de financiamento, tendo liberado recursos por meio de 22 das linhas disponibilizadas.

O FUNDESE também apoia o mesmo compromisso vinculado ao Programa Gestão Governamental, como visto para a Desenbahia. As iniciativas do FUNDESE são duas: i) disponibilizar pelo menos 15 linhas de financiamento para implantação e ampliação de empreendimentos em setores considerados estratégicos e; ii) realizar estudos técnicos que visem a implantação de empreendimentos públicos e privados relacionados ao desenvolvimento socioeconômico (pelo menos um estudo técnico no quadriênio 2020-2023). No ano de 2020, foram colocadas à disposição do mercado mais de 15 linhas de financiamento, tendo tido recursos liberados por meio de quatro dessas linhas. Sobre a segunda iniciativa, não houve demanda para realização de estudos técnicos enquadráveis na proposta.



4.II - Fonte de Recursos

Ao longo do exercício de 2020, a Desenhahia liberou R\$ 188,0 milhões, utilizando recursos que compõem as duas carteiras sob a sua gestão: a carteira Desenhahia e a do FUNDESE. Focando a atenção na carteira da Desenhahia, as liberações ficaram em R\$ 141,6 milhões, tendo sido utilizados Recursos Próprios (RP) e recursos provenientes do Sistema BNDES/FINAME e FUNGETUR. Com os recursos do FUNDESE, as liberações foram de R\$ 46,3 milhões.

Em termos de número de liberações, das 5,1 mil realizadas, parcela significativa refere-se às operações de microcrédito. Pouco mais da metade dessa quantidade, 2,7 mil, foi liberada com recursos da carteira Desenhahia, e a outra parcela, 2,4 mil, foi realizada com recursos da carteira FUNDESE.

Concentrando a atenção nas liberações realizadas com recursos da carteira Desenhahia, verifica-se que a maior parcela, R\$ 97,5 milhões, ou 68,9%, foi efetivada com Recursos Próprios (RP); R\$ 41,4 milhões, 29,2%, com recursos provenientes do Sistema BNDES/FINAME; e R\$ 2,7 milhões, 1,9%, com o Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR. Sobre essa última fonte, vale notar que a Agência passou a ofertar, efetivamente, tais recursos apenas nos últimos meses do ano. A expectativa é que o volume de operações lastreadas com tal fundo seja ampliado gradativamente nos anos seguintes.

Como gestora do FUNDESE, a Desenhahia também oferta linhas de crédito lastreadas em recursos do fundo. No final do exercício, a carteira de crédito do FUNDESE alcançou R\$ 539,6 milhões. Em termos de liberações, foram desembolsados R\$ 46,3 milhões por conta de operações de crédito e cerca de R\$ 1,1 milhão para o programa de absorção dos custos financeiros de empreendimentos estruturantes da economia baiana.



4.III – Outras Atividades de Fomento

Além da concessão de crédito e da gestão de fundos, a Desenhahia ainda executa outras atividades importantes em nome do fomento social e econômico da Bahia, a exemplo da operacionalização do pagamento das contraprestações públicas em contratos de Parceria Público-Privada (PPP), que a Desenhahia realiza mensalmente. Em 2020, a Desenhahia realizou o pagamento das contraprestações de seis projetos de PPP contratados pela Administração Direta do Estado da Bahia, sempre em conformidade com o que rege a Lei Estadual nº 11.477, de 01 de julho de 2009, e o Contrato SF/OS/PPP/01/10 celebrado entre o Estado da Bahia, a Desenhahia e o Banco do Brasil, em 25 de maio de 2010.

Em função da pandemia que marcou o ano de 2020, a Bahia Farm Show, maior feira de agronegócio do Norte e Nordeste do Brasil, não aconteceu. Tampouco foi possível a realização das chamadas Caravanas de Negócios - visitas do diretor da área de Desenvolvimento de Negócios e alguns dos seus gerentes ao interior do estado, visando estreitar relacionamento com clientes, lideranças empresariais e com instituições parceiras, como CDL, Sebrae e associações empresariais.

Sem esses eventos, relevantes tanto para divulgação das linhas operadas pela Desenhahia quanto para captação das demandas do mercado, a Agência concentrou-se no lançamento do novo site e do aplicativo para *smartphones* – APP da Desenhahia. O site foi completamente remodelado, ganhou uma interface mais moderna e foi projetado para ser uma ferramenta para captação de novos financiamentos. Com o APP da Desenhahia, pretende-se uma maior aproximação com os clientes, uma vez que são disponibilizados serviços importantes, como geração de boletos e atendimento via *chat*.



5. RECURSOS PARA CUSTEIO

A Desenbahia é uma empresa de economia mista independente e, nessa condição, é responsável por viabilizar financeiramente os objetivos gerais da política de fomento, através da mobilização e direcionamento dos seus recursos próprios, dos recursos que obtém com a gestão de fundos públicos, e dos spreads que auferes com os repasses de recursos provenientes de instituições financeiras de desenvolvimento: BNDES, FINEP, FUNCAFÉ, FUNGETUR e BNB/FNE.



6. METAS RELATIVAS AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A Desenbahia, através dos recursos da sua carteira e da carteira do FUNDESE, que são disponibilizados ao público-alvo por meio de linhas de crédito, contribui com a consecução do Programa Gestão Governamental estabelecido no Plano Plurianual 2020-2023 do Governo do Estado da Bahia. A seguir, as principais linhas de crédito ofertadas pela Agência em 2020.

Carteira Operações de Crédito da Desenbahia:

BNDES

- 1. BNDES Crédito Pequenas Empresas** – linha destinada a apoiar as micro, pequenas e médias empresas por meio da concessão de empréstimo visando a manutenção e/ou a geração de empregos.
- 2. BNDES Automático** – linha que objetiva financiar, por meio de repasse de recursos do BNDES, projetos de investimento relacionados às atividades de implantação, ampliação, recuperação e modernização de empreendimentos.
- 3. BNDES Finame** – linha que visa financiar a aquisição, produção e comercialização de máquinas, equipamentos, sistemas industriais, componentes e bens de informática e automação credenciados no Credenciamento de Fornecedores Informatizado – CFI do BNDES, bem como a aquisição de outros bens industrializados, novos, de fabricação nacional.
- 4. BNDES Fundo Clima – Máquinas e Equipamentos Eficientes** – linha destinada a financiar a aquisição e a produção de máquinas e

equipamentos com maiores índices de eficiência energética ou que contribuam para redução de emissão de gases de efeito estufa.

5. **ABC (Agricultura de Baixo Carbono)** – linha que objetiva reduzir o desmatamento e emissões de gases de efeito estufa, aumentar a produção em bases sustentáveis, adequação à legislação ambiental, ampliar a área de florestas cultivadas e recuperar áreas degradadas.
6. **Inovagro** – linha destinada a apoiar investimentos necessários à incorporação de inovação tecnológica nas propriedades rurais, visando o aumento da produtividade, à adoção de boas práticas agropecuárias e de gestão da propriedade rural, e à inserção competitiva dos produtores rurais nos diferentes mercados consumidores.
7. **Moderagro** – linha que objetiva apoiar os setores de produção, beneficiamento, industrialização, acondicionamento e armazenamento de produtos; recuperação dos solos e construção e ampliação de instalações para guarda de máquinas e implementos agrícolas e estocagem de insumos agropecuários.
8. **Moderfrota** – linha destinada a financiar a aquisição de itens novos, isoladamente ou não, quais sejam: tratores e implementos associados, colheitadeiras e suas plataformas de corte, equipamentos para preparo, secagem e beneficiamento de café, e máquinas agrícolas autopropelidas para pulverização e adubação.
9. **Moderinfra** – linha que objetiva apoiar o desenvolvimento da agropecuária irrigada sustentável, econômica e ambientalmente, fomentar o uso de estruturas para a produção em ambiente protegido, e proteger a fruticultura em regiões de clima temperado contra a incidência de granizo.



10.PCA (Construção e Ampliação de Armazéns) – linha destinada a apoiar investimentos necessários à ampliação, modernização, reforma e à construção de novos armazéns.

11.Pronamp Investimento – linha que visa promover o desenvolvimento das atividades rurais dos médios produtores rurais, por meio de crédito para inversões fixas e semifixas em bens e serviços relacionados com a atividade agropecuária.

12.BNDES Crédito Rural – linha destinada a apoiar as atividades agropecuárias, incluindo a pesca, a aquicultura e a produção florestal, e agroindustriais, por meio da concessão de financiamentos a projetos de investimento e destinados à aquisição isolada de máquinas e equipamentos relacionados à atividade agropecuária ou agroindustrial.

13.Credibahia 1º Piso - BNDES – linha que objetiva ampliar a oferta de crédito produtivo para os pequenos negócios, através de financiamento direto a microempreendedores, possibilitando a manutenção e a ampliação das alternativas de trabalho para a parcela de menor renda da população, que tem maiores dificuldades de acesso ao crédito em instituições financeiras.

FUNGETUR

14.Fungetur – Capital de Giro – linha que visa financiar demandas de capital de giro de empresários do turismo na Bahia, contribuindo para o desenvolvimento sustentável desse setor e de cadeias produtivas correlacionadas.

15.Fungetur – Investimento – linha destinada a financiar obras civis para implantação, ampliação, reforma ou modernização de empresários do



turismo na Bahia, contribuindo para o desenvolvimento sustentável desse setor e de cadeias produtivas correlacionadas.

16.Fungetur – Aquisição de Bens – linha que objetiva financiar demandas de aquisição de bens de empresários do turismo na Bahia, contribuindo para o desenvolvimento sustentável desse setor e de cadeias produtivas correlacionadas.

RECURSOS PRÓPRIOS

17.Giro RP – linha que objetiva aumentar a produção, o emprego e a renda, através de apoio financeiro, na forma de capital de giro.

18.RP Giro FGI PEAC – linha destinada a aumentar a produção, o emprego e a renda, através de apoio financeiro, na forma de capital de giro, com outorga de garantia pelo Fundo Garantidor para Investimentos – FGI, no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito – PEAC.

19.Desenhahia Clientes Especiais – linha destinada a fidelizar os bons clientes da Desenhahia através da concessão de financiamento de capital de giro para apoiar as atividades produtivas.

20.FGI PEAC Especial – linha destinada a fidelizar os bons clientes da Desenhahia, através de apoio financeiro, na forma de capital de giro, com outorga de garantia pelo Fundo Garantidor para Investimentos – FGI, no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito – PEAC.

21.Credilotéricas – linha que visa aumentar a eficiência e a segurança para o adequado funcionamento das casas lotéricas, através de apoio financeiro, na forma de capital de giro.

22.RP Investimento – linha destinada a financiar a implantação de empresas e a ampliação, reforma, modernização, manutenção,

relocalização e diversificação da produção das já existentes; e investimentos no setor de infraestrutura de transportes e logística.

23.Máquinas e Equipamentos RP – linha destinada a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais ou importados para empreendimentos nos setores de indústria, comércio e serviços do Estado da Bahia.

24.DB Rural Custeio – linha que visa apoiar os empreendimentos agropecuários, através da concessão de crédito voltado para custeio.

25.DB Rural Máquinas – linha destinada a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos, nacionais ou importados destinados à atividade agropecuária.

26.Municípios - Infraestrutura – linha destinada a financiar o aprimoramento de infraestrutura urbana dos municípios baianos, através de projetos que tenham como objetivo contribuir para a geração de emprego e renda, a redução das desigualdades sociais e a melhoria das condições de vida da população.

27.Municípios Sustentáveis – linha destinada a financiar projetos sustentáveis que promovam: a redução de emissões de gases efeito estufa e o aumento da eficiência energética por meio de práticas que reduzam o impacto sobre o meio ambiente; e o aumento da eficiência dos serviços e da infraestrutura urbana, através do uso da tecnologia, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

28.Municípios - Máquinas e Equipamentos – linha destinada a apoiar os municípios baianos, através de financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos, que tenham como objetivo contribuir para a geração de



emprego e renda, a redução das desigualdades sociais e a melhoria das condições de vida da população.

FINEP

29.Finep Inovacred – linha destinada a financiar investimentos em inovação para a introdução de novos produtos, processos, serviços, marketing ou novo método organizacional, bem como o aperfeiçoamento dos já existentes visando ampliar a competitividade da economia baiana.

Carteira de Operações de Crédito do FUNDESE:

- 1. Credifácil Giro** – linha destinada a financiamento de capital de giro para micro e pequenas empresas ou empresários individuais.
- 2. Giro Especial – Saúde** – linha que visa suprir as necessidades de capital de giro durante o processo de reestruturação de hospitais no Estado da Bahia. São beneficiárias as empresas atuantes na área de prestação de serviços hospitalares, credenciadas à Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais – PLANSESV.
- 3. Credifácil Giro Saúde - PLANSESV** – linha destinada a financiamento de capital de giro para empresas atuantes na área de prestação de serviços para saúde, filantrópicas ou não, privadas, credenciadas à Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais – PLANSESV.
- 4. Prodesse Infraestrutura** – linha destinada a financiar a implantação, ampliação, reforma, modernização, manutenção e realocação de empreendimentos de fornecimento de serviços de infraestrutura, relacionados com a geração e distribuição de energia de fontes convencionais, recursos hídricos, saneamento básico, transportes e logística, telecomunicações, instalação de gasodutos e produção de gás.



5. **Protese Indústria, Comércio e Serviços** – linha que objetiva financiar a implantação de empresas e a ampliação, reforma, modernização, manutenção, realocação e diversificação da produção das já existentes.
6. **Protese Saúde - PLANSEV** – linha destinada a financiar investimentos fixos e ampliação, reforma, modernização, manutenção e diversificação de produtos/serviços de empresas filantrópicas e não filantrópicas prestadoras de serviço na área de saúde, credenciadas à Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais – PLANSEV.
7. **Credimáquinas** – linha destinada a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos nos setores da indústria, comércio, serviços e atividade agropecuária do Estado da Bahia.
8. **Coopergiro** – linha que objetiva apoiar o cooperativismo no estado da Bahia, através de financiamento de capital de giro para cooperativas agroindustriais.
9. **Credipisca** – linha destinada a apoiar o fortalecimento da cadeia produtiva da aquicultura continental, através de financiamentos a unidades de produção para criação de peixes em tanque-rede.
10. **Credirural Investimento Fixo** – linha destinada a apoiar o desenvolvimento da agricultura baiana, mediante o financiamento de investimentos fixos e semifixos.
11. **Credibahia 1º Piso** – linha que objetiva ampliar a oferta de crédito produtivo para os pequenos negócios, através de financiamento direto a microempreendedores, possibilitando a manutenção e a ampliação das alternativas de trabalho para a parcela mais pobre da população, que tem maiores dificuldades de acesso ao crédito em instituições financeiras.



12.Credibahia 2º Piso – linha destinada a financiar instituições de microcrédito, buscando o fortalecimento e a ampliação de uma rede de agências capaz de propiciar crédito aos microempreendedores.

13.Protáxi – linha que objetiva apoiar a renovação da frota de veículos em circulação, aumentar a satisfação dos usuários dos serviços de táxi do estado, fortalecer as entidades representativas do segmento, reduzir o impacto ambiental da atividade através da redução de emissão de poluentes e promover maior segurança no trânsito.

14.Transporte Escolar – linha que objetiva apoiar, através de financiamento, as iniciativas dos permissionários de transporte escolar, vinculados a cooperativa de trabalho ou órgão de classe, para renovação da frota em circulação, nas cidades abrangidas pelo Programa.

15.Capitalização de Cooperativas de Crédito – linha que visa fortalecer a estrutura patrimonial de cooperativas singulares de crédito repassadoras de microcrédito, localizadas na Bahia, bem como as respectivas cooperativas centrais às quais estão filiadas ou pelas quais estão sendo assistidas, através de concessão de financiamento de aquisição de cotas-partes pelos cooperados.

16.Financiamento de Capital de Giro para Cooperados – linha que objetiva oferecer financiamento de Capital de Giro para membros de cooperativas ou associações de produtores ou de prestadores de serviços.

É importante esclarecer que, seja com recursos da carteira Desenbahia, seja com recursos da carteira do FUNDESE, a Agência oferta um volume de linhas de financiamento maior que o comprometido com as metas do Programa Gestão Governamental (PPA 2020-2023). Por outro lado, a oferta de uma linha não significa necessariamente que o mercado tenha interesse



por ela a qualquer tempo e, assim, é possível que, em um exercício, as liberações ocorridas não estejam amparadas por todas as linhas ativas. Com efeito, o montante de recursos liberados em 2020 pode estar associado às operações contratadas a partir das linhas descritas acima ou de outras linhas também ofertadas pela Desenbahia. O fundamental é que a Agência tenha capacidade de perceber as necessidades do setor produtivo baiano e busque desenvolver soluções adequadas que atendam a essas necessidades, mesmo que essas soluções não sejam requisitadas todo o tempo.

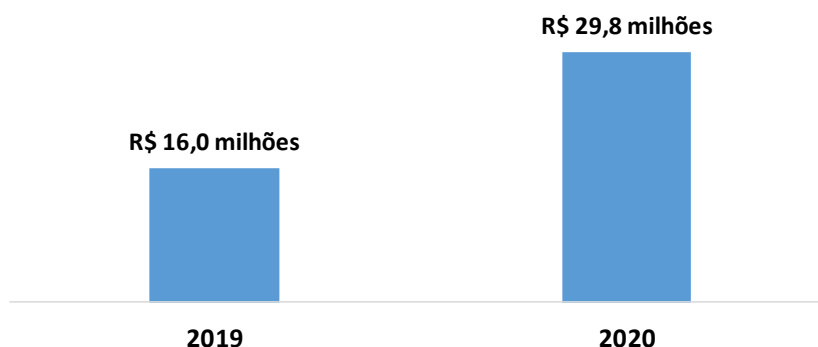


7. IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Considerando as duas carteiras que administra, a da Desenhahia e a do FUNDESE, a Agência liberou R\$ 188,0 milhões através de 5,1 mil operações de crédito no exercício de 2020. O setor empresarial foi beneficiado com 57,4% do volume financeiro total das liberações, ficando para o segmento da administração pública (operações com municípios) 25,4% desse total.



No desafiador ano de 2020, mesmo com o grande impacto causado pela pandemia da COVID-19 na economia, a Desenhahia registrou lucro líquido de R\$ 29,8 milhões no exercício, valor 86,1% superior ao registrado em 2019. Destaque para as Receitas de Intermediação Financeira, que somaram R\$ 140,5 milhões, com aumento de 38,0 % em relação ao ano de 2019.

LUCRO LÍQUIDO

Dentre essas receitas, ressalta-se o incremento na Recuperação de Créditos Baixados em Prejuízo, com valor de R\$ 32,9 milhões no ano, ante R\$ 2,8 milhões registrados em 2019. A Receita de Operações de Crédito, sem considerar os efeitos da recuperação, também apresentou aumento significativo de 32,2% em comparação com o ano anterior, somando R\$ 96,4 milhões, ante R\$ 72,9 milhões em 2019. Com isso, o incremento total da rubrica de Operações de Crédito foi de 70,8%.

O resgate dos títulos públicos federais que garantiam o valor do principal das operações vinculadas ao Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA contribuiu decisivamente para os números citados acima. Algumas operações estavam inadimplentes no pagamento dos juros contratuais, portanto baixadas em prejuízo. O resgate dos títulos, e consequente quitação do valor principal corrigido das operações, gerou uma receita de Recuperação de Créditos de R\$ 27,9 milhões e Receita de Operações de R\$ 25,4 milhões, decorrente de ganho na recuperação de créditos.

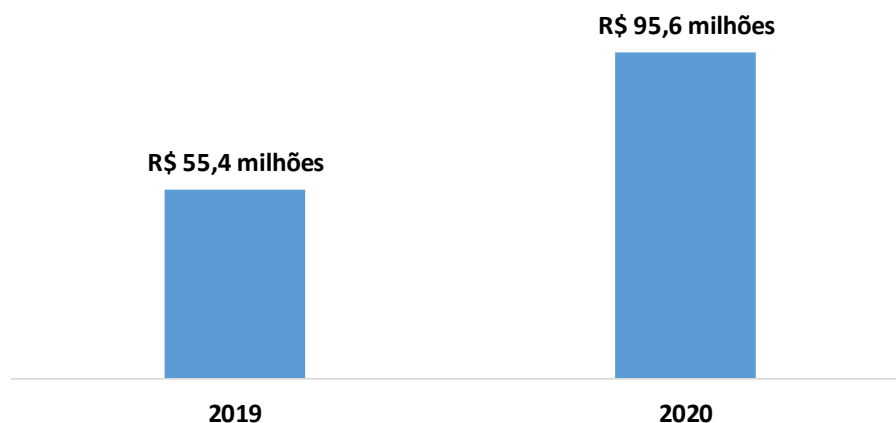
Na direção contrária, houve expressiva redução de 57,4% no Resultado de Títulos e Valores Mobiliários, em virtude da redução da taxa SELIC para um patamar mínimo histórico.



As Despesas da Intermediação Financeira somaram R\$ 44,9 milhões, com discreta redução de 3,2% em comparação com 2019. Dentre elas, ressalta-se a redução de 30,5 % na despesa de provisão, o que evidencia a boa qualidade da carteira de crédito da Agência. Já a Despesa de Repasse, manteve-se praticamente estável, com elevação de 1,1% no ano.

Com o crescimento das receitas e leve redução nas despesas de intermediação, o Resultado Bruto da Intermediação Financeira foi de R\$ 95,6 milhões, com incremento de 72,5% sobre o exercício anterior.

Resultado Bruto da Intermediação Financeira

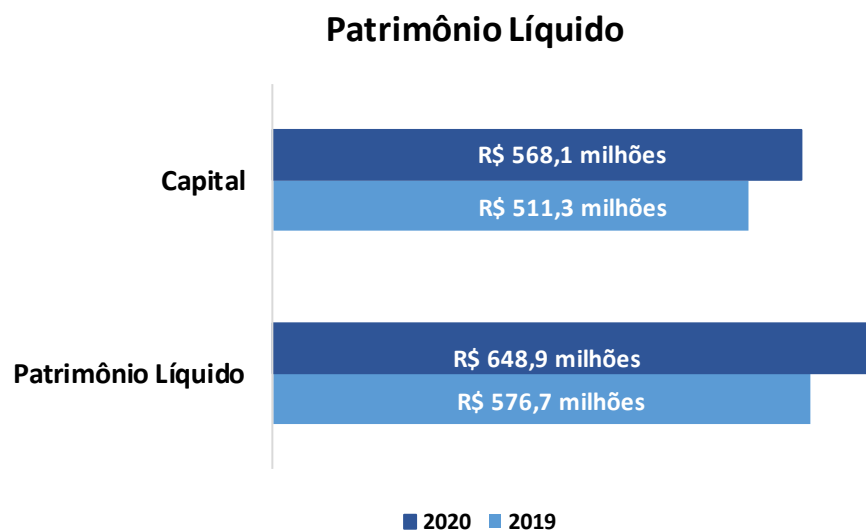


No grupo Outras Receitas Operacionais, vale ressaltar a redução de 21,6% na Receita de Administração de Fundos, com diminuição de R\$ 5,1 milhões em comparação a 2019.

Já nas Outras Despesas Operacionais, temos um incremento de 3,1% nas Despesas com Pessoal e uma redução significativa de 20,7% nas Despesas Administrativas, fruto do rígido controle de despesas adotado pela Agência, com diminuição de R\$ 2,9 milhões em comparação ao ano anterior.



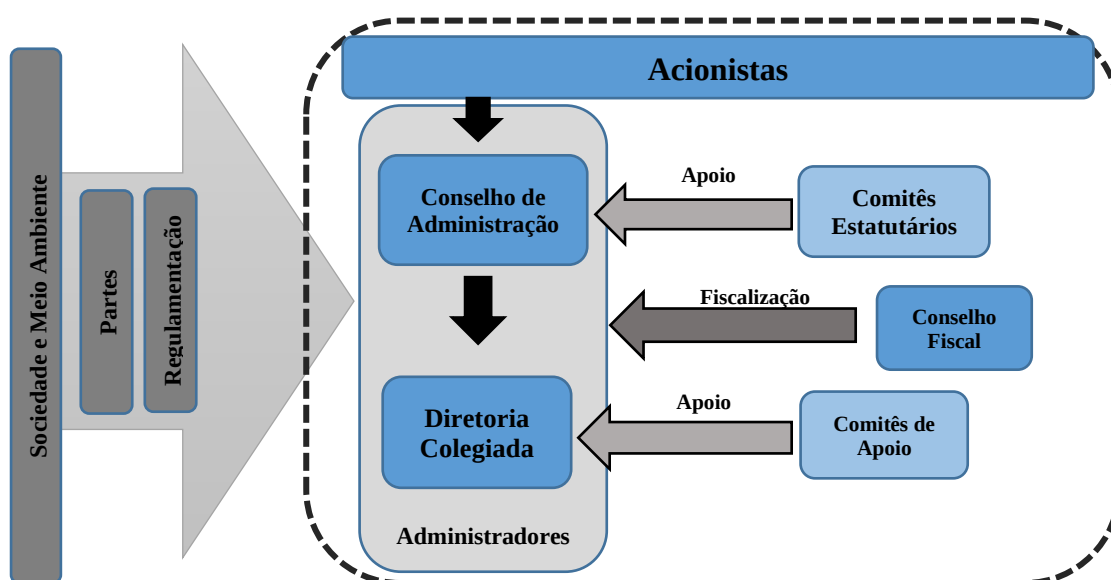
No que se refere ao Patrimônio Líquido, observa-se incremento de 12,5%, uma vez que o valor da rubrica saiu de R\$ 576,7 milhões em 2019 para R\$ 648,9 milhões em 2020. Os principais eventos que justificam essa variação foram o aumento de capital para R\$ 568,1 milhões e o resultado no período de R\$ 29,8 milhões.



8. ESTRUTURAS DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

8. I – Governança

A Desenhahia mantém a seguinte estrutura de Governança:



Por se tratar de sociedade de economia mista exploradora de atividade econômica, com relevante interesse coletivo, estabelecido no Estatuto Social, a Desenhahia atua visando atender aos interesses da sociedade e todas as demais partes interessadas, cumprindo a regulamentação pertinente. Desta forma, os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Colegiada) executam os planos de acordo com as demandas dos sócios, sendo assessorados pelos comitês estatutários e os comitês de apoio, e fiscalizados pelo Conselho Fiscal.

Contam ainda com o apoio da Secretaria de Governança (SEG), que tem o importante papel de auxiliar os Agentes de Governança no cumprimento da legislação vigente, da Auditoria Interna (AUD) e da Gerência de *Compliance*



e Risco (GCR), dentro de suas atribuições, conforme estabelecido no Manual de Organização – MOR.

Os Conselheiros e Diretores da Desenbahia, em atuação durante o ano de 2020, foram devidamente eleitos em Assembleia Geral e Conselho de Administração, respectivamente. Destaca-se que se encontram em funcionamento os Comitê de Assessoramento do Conselho de Administração, a saber: Comitê de Elegibilidade, Comitê de Remuneração e Comitê de Auditoria.

Ainda em 2020, foi eleito representante dos empregados para compor o Conselho de Administração.

Todos os Administradores participaram de treinamento, conforme exigido pela Lei nº 13.303/2016, contemplando o seguinte conteúdo:

- Visão, Missão e Valores – Planejamento Estratégico
- Legislação Societária e Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013
- Processo de Financiamento
- Principais Linhas de Financiamento
- Divulgação de Informações
- Código de Ética e Conduta
- História da Desenbahia
- Gestão de Fundos
- Gestão de Pessoas
- Controle Interno/Gestão de Riscos e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Terrorismo - PLD
- Responsabilidade Socioambiental

Todas as responsabilidades e orientações de conduta para os Administradores e Agentes de Governança, estão no Manual de Governança Corporativa – MGC, que tem a seguinte estrutura:



MANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA - MGC	
CAPÍTULO I	Princípios, diretrizes e estrutura de governança na Desenhahia
CAPÍTULO II	Estrutura societária
CAPÍTULO III	Indicação, sucessão e remuneração dos administradores
CAPÍTULO IV	Administração
CAPÍTULO V	Conselho Fiscal e Comitês Estatutários
CAPÍTULO VI	Comitês de Apoio
CAPÍTULO VII	Secretariado de Governança
CAPÍTULO VIII	Política de Transações com Partes Relacionadas
CAPÍTULO IX	Ouvidoria e Comissão de Ética

Todos os manuais mencionados são disponibilizados na Intranet e, quando aplicável, também no site da Desenhahia.

8.I.1 - Estruturas de controles internos

O objetivo do sistema de controles internos é garantir o efetivo gerenciamento dos riscos internos e externos à Agência e assegurar a eficiência e eficácia das operações, bem como a qualidade e integridade no registro das transações, além de proporcionar confiabilidade no preparo das demonstrações financeiras.

O sistema de controles internos visa, ainda, ampliar a garantia de que a organização está em conformidade com a legislação e normativos aplicáveis, ponto em que tem relação direta com a gestão do risco de conformidade (*Compliance*).

A estrutura que compõe o processo de gestão de riscos operacionais e controles internos envolve:



1ª linha de defesa: todas as unidades de negócio, uma vez que executam, no dia a dia, as atividades de controles e implementam as ações de melhorias nas estruturas de controles que mitigam os riscos.

2ª linha de defesa: a Gerência de *Compliance* e Risco (GCR) e a Unidade de Controles Internos e *Compliance* (UCC), que são as áreas responsáveis por gerir o processo “Gerir Risco Operacional” e “Gerir Risco de Conformidade”.

Conta com o apoio de órgãos auxiliares, tais como o Comitê de Risco e Segurança da Informação (CRS), Grupo Especial de Acompanhamento de Leis e Normativos Externos e a Controladoria Jurídica.

A Diretoria de Administração e Finanças (DAF), a Diretoria Colegiada (DCO) e o Conselho de Administração (CAD) são conjuntamente responsáveis por definir as diretrizes e políticas, bem como aprovar a estrutura, metodologias e modelos, apoiar no programa de disseminação da cultura de gestão de riscos e deliberar sobre as ações adotadas para sanar as deficiências encontradas nos exames efetuados.

3ª linha de defesa: a Auditoria Interna (AUD) e o Comitê de Auditoria (CAE) são responsáveis por auditar o processo de gestão de riscos e os demais processos da Agência.

8.II - Gerenciamento de Riscos e de Capital

A Desenhahia adota um modelo de gestão integrada dos riscos e de controle interno, tendo como referência a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central. Além do conjunto de normas publicadas pelo CMN, dão suporte à Gestão de Riscos as políticas internas que definem sua estrutura e os procedimentos adotados.



O Gerenciamento de Riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos a que a instituição está exposta. Considera-se como mais relevantes na gestão os riscos de crédito: concentração, de liquidez, operacional e de mercado, além da gestão de capital.

Desde 2017, quando da entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.557, a Desenhahia alterou de forma significativa sua estrutura de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital, estando desde então de forma integrada, sendo refletido nas políticas, diretrizes e rotinas, assim como estrutura de governança corporativa.

Risco de crédito

A gestão do risco de crédito da Desenhahia visa avaliar, acompanhar e monitorar o risco global da carteira de empréstimos e a classificação de risco das operações de crédito, através da aplicação de metodologias compatíveis com as melhores práticas de mercado, utilizando modelos confiáveis de mensuração dos níveis de exposição a risco de crédito, bem como estabelecendo uma política de limites e alçadas em conformidade com as boas práticas da governança corporativa.

Os modelos adotados pela Agência acompanham as disposições contidas nas Resoluções CMN nº 4.557/2017, e nº 2.682/1999, e assegura que o risco global da carteira de empréstimos seja monitorado, controlado, e acompanhado através do saldo contábil; dos cálculos da taxa de inadimplência e índice de atraso; dos índices de provisão; qualidade da carteira (*rating*) e maiores saldos em atraso. Os resultados obtidos na análise de risco da carteira subsidiam a tomada de decisão por parte da alta



administração na melhor alocação de recurso e possíveis mudanças no apetite por risco.

Risco de Concentração

O risco de concentração é definido na Resolução CMN nº 4.557/2017 como a possibilidade de perdas associadas a exposições significativas:

- a uma mesma contraparte;
- a contrapartes com atuação em um mesmo setor econômico, região geográfica ou segmento de produtos ou serviços;
- a contrapartes cujas receitas dependam de um mesmo tipo de mercadoria (*commodity*) ou atividade;
- a instrumentos financeiros cujos fatores de risco, incluindo moedas e indexadores, são significativamente relacionados;
- associadas a um mesmo tipo de produto ou serviço financeiro; e
- cujo risco é mitigado por um mesmo tipo de instrumento.

A Desenbahia analisa mensalmente e semestralmente o comportamento da carteira Desenbahia no que tange à concentração das operações de crédito por mutuário, setor econômico e território de identidade, com objetivo de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a possibilidade de perdas associadas às exposições sujeitas ao risco de concentração da carteira de crédito da Agência.

Risco de Liquidez

A Desenbahia dispõe de política de gerenciamento de liquidez adotada com base na Resolução CMN nº 4.447/2017. O risco de liquidez da Agência decorre da possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar



eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A estratégia adotada pela Agência para o gerenciamento do risco de liquidez é composta dos seguintes pontos:

- Controle das disponibilidades e monitoramento das previsões de entradas e saídas de recursos, de modo a antecipar potenciais necessidades de caixa;
- Manutenção da Reserva de Liquidez, constituída de Reserva Obrigatória e Reserva Contingencial.

Caso a Agência apresente situações de crise de liquidez, que acarretem significativa redução dos níveis de reserva, ações de contingências serão realizadas, contemplando medidas de caráter preventivo e/ou corretivo, com determinação de prazos e responsabilidades para corrigir a situação.

Risco Operacional

O risco operacional está associado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A metodologia adotada reflete o contínuo aprimoramento da gestão de riscos e controles internos da Agência e procura assegurar que:



- Os riscos inerentes às atividades sejam identificados, avaliados e controlados, bem como mantidos nos níveis e limites aceitáveis, definidos pela alta administração;
- A estrutura de controles internos seja continuamente revisada, considerando os riscos existentes nos processos de negócio, minimizando os custos associados a riscos não controlados e/ou atividades de controle desnecessárias;
- As recomendações sejam devidamente implementadas com o objetivo de minimizar o risco operacional de os procedimentos estarem em não-conformidade com as leis e os regulamentos (internos e externos), especialmente nos casos em que haja exposição a multas e/ou sanções de órgãos reguladores;
- Os objetivos estratégicos da Agência sejam atendidos, bem como os critérios regulamentares vigentes.

Risco de Mercado

O risco de mercado decorre da probabilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. O gerenciamento do risco de mercado da Desenbahia tem por objetivo auxiliar a Agência na definição de estratégias de atuação para a otimização de resultados e apresentação das posições mantidas pela Agência, bem como no estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas.

A Desenbahia adota o modelo paramétrico para o cálculo do valor em risco - VaR, como metodologia utilizada para quantificação da exposição a risco de mercado, seguindo a orientação da Circular Bacen nº 3.365/2007.



Risco Socioambiental

O risco socioambiental adotado pela Desenbahia é definido como a “possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais” (Resoluções BACEN 4.557/2017 e 4.327/2014).

Enquanto instituição financeira de fomento, os riscos socioambientais associados às atividades desenvolvidas na Agência são, em sua maioria, indiretos. São apresentados por meio das relações de negócios como, por exemplo: a cadeia de fornecimento e por meio de atividades de financiamento e investimento aos clientes.

O gerenciamento do risco socioambiental está inserido na Política de Responsabilidade Socioambiental da Agência, e, portanto, considera os princípios observados pela Agência no desenvolvimento de seus negócios, na perspectiva da responsabilidade socioambiental. Seu objetivo consiste em minimizar a probabilidade de perdas provenientes de possíveis impactos ambientais e sociais diretos e indiretos potencialmente negativos que venham afetar a Desenbahia.

Gerenciamento de capital

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/2017, a Desenbahia definiu sua política de gerenciamento de capital com o objetivo de monitorar e controlar o capital da Agência para mantê-lo compatível com as atividades desenvolvidas e com o perfil de riscos da Instituição, além de atender aos critérios regulamentares vigentes.

Para avaliação e monitoramento do capital foram adotadas como medidas o Patrimônio de Referência (PR) que corresponde ao capital à disposição da Agência e as parcelas dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), representado pelo montante de capital necessário à cobertura das suas Políticas Públicas e de Governança Corporativa



necessidades para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer frente aos riscos incorridos seja em situações normais ou em condições extremas de mercado.

Dentro do contexto, é avaliada a adequação da estrutura de capital às necessidades da Agência e aos limites exigidos pelo BACEN, cujas apurações têm como base as Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e dos requerimentos mínimos de patrimônio e adicional de capital principal compatível com os riscos, representado pelo Ativo Ponderado pelo Risco (RWA).

8.III – Limites Operacionais e de Apetite por Risco

O Conselho Monetário Nacional, através do BACEN, estabeleceu em 2013, por meio das Resoluções CMN nº 4.192 e nº 4.193, os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras. Foram definidas regras para garantir a compatibilidade do capital da instituição com os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional, no âmbito de Basileia III.

Ademais, a Resolução CMN nº 4.557/2017 solicita das instituições financeira a definição do apetite por risco.

A Desenbahia encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente e nos limites de apetite por risco estabelecidos por seus Administradores.



8.IV – Fatores de Risco

Para desempenhar a sua missão e alcançar os objetivos, a Desenhahia elabora a cada cinco anos o Planejamento Estratégico. Nessa oportunidade, a organização reflete e identifica os diferentes tipos de riscos/ameaças, que são inerentes às atividades de uma instituição financeira não bancária. São levantados os riscos/ameaças aos quais a instituição está exposta, diante do cenário proposto para o horizonte de tempo analisado.



9. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

9.I - Remuneração dos Administradores

A política de remuneração dos Administradores da Desenhahia adequa-se aos dispositivos legais referentes a empresas estatais e sociedades anônimas e aos normativos do BACEN.

O montante global de remuneração de diretores e do diretor-presidente é composta por parte fixa mensal, parte variável anual e benefícios.

A remuneração fixa dos diretores é constituída por honorários e verba de representação. O diretor-presidente recebe verba de representação, de natureza remuneratória, com valor equivalente a 60% (sessenta por cento) do valor dos honorários mensais definidos para tal cargo. Para os demais diretores a verba de representação, também de natureza remuneratória, possui valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) dos honorários definidos para o cargo.

A remuneração variável para Administradores da Desenhahia aplica-se apenas aos membros da diretoria, inclusive ao diretor-presidente, e é calculada em função do lucro do exercício e da variação contábil do Patrimônio Líquido da empresa, sem estabelecimento de metas específicas para cada diretoria, observado os parâmetros normativos pertinentes.

O montante global e individual da remuneração e demais benefícios concedidos aos integrantes da diretoria observam aos preceitos legais e são fixados anualmente pela Assembleia Geral Ordinária – AGO, em conformidade ao Estatuto Social da instituição.



A remuneração dos Administradores é divulgada no site da Desenhahia, em conformidade com o artigo 8º, inciso III, e artigo 12, inciso I da Lei Federal 13.303, de 30 de junho de 2016. Seguem os valores vigentes em 31/12/2019:

Cargo	Valor (R\$)				
	Presidente	Diretor	Conselho Administração	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutária
Honorários	15.592,00	14.726,00	4.500,00	2.250,00	2.250,00
Verba de Representação	9.355,00	7.363,00	--	---	---
Total	24.947,00	22.089,00	4.500,00	2.250,00	2.250,00

Fonte: <http://www.desenhahia.ba.gov.br/Institucional/remuneracao>

9.II - Remuneração dos Empregados

Os contratos do quadro de pessoal por prazo indeterminado da Desenhahia são firmados com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A remuneração dos empregados é composta por parte fixa, representada por salários, anuênios e gratificações e parte variável, constituída por participação nos lucros e outros incentivos associados ao desempenho, aprovados pela Administração e constantes do Manual de Gestão de Pessoas da Desenhahia.



10. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

Ao longo de 2020, a Desenbahia realizou liberações de crédito no valor total de R\$ 141,6 milhões (e mais R\$ 46,3 milhões com recursos do FUNDESE) e contabilizou lucro líquido de R\$ 29,8 milhões. Se considerado que 2020 ficará marcado na história como o ano em que o mundo enfrentou a maior crise sanitária do último século, pode-se afirmar que os resultados obtidos foram mais que satisfatórios. É fato que esses resultados foram alcançados devido ao esforço e dedicação de todos aqueles que se comprometem com a missão da Agência: viabilizar soluções financeiras e técnicas que promovam o desenvolvimento sustentável e melhorem a vida da população baiana.

Em função da crise sanitária de proporções mundiais, um quadro desafiador e desconfortável se descortinou para todo o mundo, inclusive para a Desenbahia. Com vistas a garantir a aplicação das medidas protetivas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde - OMS, frente à rápida disseminação do vírus SARS-CoV-2, muitos países, estados, regiões decretaram paralisação de atividades não essenciais, com impactos relevantes na economia de um modo geral. Em janeiro de 2021, o FMI atualizou suas estimativas de crescimento do PIB para 2020, através das quais ficaram mais claros os impactos da crise sanitária na produção mundial de bens e serviços: a economia mundial deve registrar encolhimento de 3,5%; estima-se que o PIB do conjunto dos países desenvolvidos contabilizará decréscimo de 4,9%; as economias emergentes devem sofrer redução de 2,4%, apenas para a China prevê-se expansão econômica. No Brasil, o recuo do PIB foi de em 4,1% em 2020.

As expectativas, no final de 2019, eram de que a economia brasileira, finalmente, voltaria a crescer de forma menos tímida. O mercado, conforme levantamento do Banco Central do Brasil, apostava que o país crescería na



casa de 2,3% no ano. Ao longo do ano, as condições para esse crescimento foram transformadas em queda do nível de atividade econômica, retração da renda das famílias, dificuldades financeiras dos empreendimentos, postergação dos planos de investimentos. As dificuldades observadas em várias partes do planeta, por diferentes agentes econômicos, também precisaram ser enfrentadas pela Desenbahia.

Com efeito, a Agência adotou um conjunto de medidas para fazer face às novas demandas do mercado e à sua própria organização interna, de modo a garantir a manutenção das suas atividades com eficiência e segurança para todos envolvidos: clientes, funcionários/gestores e fornecedores. No que tange às demandas do mercado, foram implementadas ações para atender às muitas solicitações de renegociação, o que implicou em revisão de critérios para repactuação, formulação de novas condições e procedimentos, além de desenvolvimento de solução tecnológica que permitisse a repactuação de operações de microcrédito de forma remota e automática.

No que se refere às concessões de crédito, a Desenbahia procurou rapidamente assimilar as novas linhas ofertadas pelo BNDES; estabeleceu parceria com o Ministério do Turismo e passou a ofertar linhas de crédito com recursos do FUNGETUR; revisou as linhas já operadas, no intuito de viabilizar um processo operacional seguro e mais aderente às necessidades da demanda. Como resultado dessas medidas, as liberações de crédito registraram um incremento de 17% no ano, comparativamente ao valor das liberações em 2019. Ficou clara a importância da instituição como agente anticíclico, fomentador da atividade econômica estadual.

Contribuiu para esse resultado operacional o investimento em comunicação realizado pela Desenbahia, notadamente no que se refere à divulgação das linhas de crédito e dos programas operados pela Agência. O esforço foi reconhecido pelo BNDES que premiou a Desenbahia, como primeira Políticas Públicas e de Governança Corporativa



colocada na categoria de Comunicação das Linhas e Programas do BNDES nos sites, entre os Agentes Financeiros Destaques em 2020.

De natureza interna à organização, outro conjunto de medidas foi adotado em paralelo às mencionadas acima. De forma mais imediata, no sentido de estabelecer ações preventivas e o cuidado com a saúde dos empregados, a Agência implementou as medidas preconizadas nos Decretos Estaduais nº 19.528/2020 e 19.536/2020 (instituindo, por exemplo, o trabalho remoto para aqueles funcionários enquadrados nos grupos de riscos para desenvolver as formas mais graves da COVID-19) e preparou-se para não permitir que o volume e a qualidade das atividades internas caíssem, com a adoção de tecnologias para acesso remoto dos empregados aos diversos sistemas operacionais.

Com vistas a aumentar a eficiência no emprego dos recursos disponíveis, a Agência colocou em ação medidas mais incisivas para administração de contratos com prestadores de serviços. No que se refere aos contratos administrativos com terceiros, a redução de despesas proveio da implementação de uma iniciativa planejada: centralizou-se a maior parte desses contratos em uma área específica da empresa; buscou-se acompanhar ativamente a sua execução e, finalmente, procurou-se avaliar de forma criteriosa a necessidade e as condições de renovação desses contratos.

No mesmo sentido, no âmbito da administração financeira, valendo-se da ocasião do baixo patamar histórico das taxas de juros no país, foram realizadas operações de gestão do passivo, com vistas a antecipar os compromissos com maiores custos. Assim, pagamentos que tinham taxas de juros superiores às taxas de aplicação de recursos foram antecipados.

Especificamente sobre o desempenho financeiro no exercício, cabe observar que parte significativa do resultado é oriundo do vencimento de um conjunto



de operações de crédito rural garantidas com títulos públicos. Trata-se de operações vinculadas ao Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA (programa de alongamento de dívidas do setor rural criado a partir da Lei Federal no 1.938/95). Com o vencimento do prazo dessas operações, e a honra das garantias pelo Tesouro Nacional, foram contabilizados resultados positivos tanto na rubrica Receitas de Operações de Crédito, quanto na rubrica Recuperação de Créditos. Nesse último caso, a explicação provém do fato de parte importante da carteira de operações em apreço já ter sido baixada em prejuízo.

Para o ano de 2021, as expectativas são de que a crise sanitária inicie o processo de involução. Já no final de 2020, alguns países começaram seus programas de vacinação, propagando esperança para todos. Considerando os tamanhos territorial e populacional do Brasil, há que se admitir que o controle da endemia não será rapidamente obtido. De qualquer forma, as medidas protetivas estão mais disseminadas, o brasileiro já tem conhecimento de como se proteger e a economia poderá, ainda que lentamente, voltar a se erguer.

O certo é que a Desenbahia se mantém comprometida com uma atuação proativa, no papel de instituição financeira de fomento, de modo a contribuir com as empresas e empreendedores que se ocupam com a produção de bens e serviços que elevam o bem-estar da sociedade baiana.

Salvador, ____ de abril de 2021.



João Batista Aslan Ribeiro

Antonio Humberto de Novais de Paula

Carlos Palma de Mello

Francisco Alfredo Marcílio de Sousa Miranda

Frederico Matos de Oliveira

Paulo de Oliveira Costa

Sérgio Dourado Gaspar